



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1534846

As territorialidades camponesas-ribeirinhas das cidades da floresta: o exemplo de Ipixuna-Am

José Augusto Lopes de Andrade¹

Resumo

Este artigo trata da origem da cidade de Ipixuna, da relação espaço urbano-agrário e dos desafios da classe camponesa-ribeirinha de Ipixuna-Am, que sofre a espoliação nas negociações com atravessadores desde os tempos de seringal. Nesta perspectiva, o trabalho busca explorar a realidade camponesa e a relação campo-cidade em uma “cidade da floresta” pautada pela circulação das redes de comércio fluvial. O trabalho utiliza-se das lentes do método Histórico-Crítico e Dialético para tecer as narrativas das lutas e contradições da realidade, possuindo uma abordagem qualitativa. Conclui-se que a população camponesa-ribeirinha sofre uma espoliação velada, onde já se acostumaram a trabalhar arduamente para comerciantes que os espoliam nos valores de seus produtos.

Palavras chave: Territorialidade; camponeses-ribeirinhos; cidades da floresta.

The peasant-riverine territorialities of forest cities: the example of Ipixuna-AM

Abstract

This article examines the origins of the city of Ipixuna, the relationship between urban and agrarian space, and the challenges faced by the riverside peasant class of Ipixuna, Amazonas, who have suffered dispossession in negotiations with middlemen since the rubber plantation era. From this perspective, the work seeks to explore the peasant reality and the rural-urban relationship in a "forest city" characterized by the circulation of river trade networks. The work uses the lenses of the Historical-Critical and Dialectical methods to weave narratives of the struggles and contradictions of reality, adopting a qualitative approach. It concludes that the riverside peasant population suffers a veiled dispossession, where they have become accustomed to working hard so that traders can exploit them for the value of their products.

Keywords: Territoriality; riverside peasants; forest cities.

¹ Licenciatura em Geografia, Especialista em Metodologias e Práticas Pedagógicas no Ensino de Geografia, Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Manaus-Amazonas, augustoandrade843@gmail.com

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1534846

Introdução

Estudar a cidade, o urbano e o relacionamento que os camponeses-ribeirinhos possuem com o rio, em seus aspectos socioeconômicos, que compreendem: a subsistência, renda, transporte nas hidrovias e o comércio local são de suma importância em cidades interioranas no estado do Amazonas, a exemplo de Ipixuna. “A cidade é um produto de um processo histórico-espacial e possui suas raízes vinculadas a fatores de ordem social e geográfico” (Lima, 2008, p. 107). Já o Campesinato ribeirinho é o modo de vida e subsistência de populações localizadas às margens dos rios que, a partir dos instrumentos técnicos e do trabalho familiar e cooperativo, sobrevivem de atividades tais como a agrícolas, haliêuticas e extrativistas (Cruz, 2007).

A cidade de Ipixuna-AM encaixa-se nos padrões descritos. Sua origem se deu no ano de 1956, ao final do ciclo da borracha quando houve a derrocada desse ciclo econômico e a dissolução dos seringais de extração de seringa, quando estas localidades, paulatinamente, passaram a ser chamadas de comunidades camponesas ribeirinhas. Hoje o município tem em sua territorialidade aproximadamente 90 comunidades ribeirinhas, conforme dados da Secretaria Municipal de Saúde de Ipixuna, possuindo sua economia a base da agricultura de várzea, pesca e extrativismo, contudo, muitos desafios enfrentam com a lógica das relações espoliadoras nas negociações da produção com atravessadores, bem como os desafios do escoamento da produção camponesa-ribeirinha.

Conforme Trindade Junior (2010) as cidades da floresta na Amazônia são associadas frequentemente à circulação fluvial, que conferem forte ligação com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorado. A partir desta concepção, este trabalho se justifica pela necessidade de abordar as realidades socioeconômicas, às vezes adversas e espoliadoras de comunidades camponesas-ribeirinhas de Ipixuna-Am, refletindo sobre a produção e o escoamento pelas vias fluviais do rio Juruá.

Quanto à metodologia, utilizou-se do método histórico-crítico e dialético, e possui uma abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos metodológicos da pesquisa, foi feita uma revisão bibliográfica e pesquisa de campo com entrevistas semiestruturadas, aplicação de formulários, bem como, a técnica da observação direta e conversas informais da realidade pesquisada com uma parcela da população ribeirinha, bem como representantes de órgãos municipais, no intuito de tecer as reflexões e interpretar o modo de subsistência e renda familiar dos(as) camponeses(as) ribeirinhos(as) em Ipixuna e apontar quais os principais contrapontos presentes na comercialização de produtos da agricultura camponesa, fazendo uma breve análise da relação campo cidade, pois a lógica de acumulação capitalista somente beneficia uma classe social, na qual exclui e subjuga contraditoriamente a classe social do campesinato ribeirinho amazônico.

Deste modo, o objetivo deste trabalho é compreender a gênese da formação de Ipixuna e as realidades socioeconômicas adversas e desafiadoras das territorialidades dos camponeses-ribeirinhos na espacialidade das cidades da floresta amazônica, a exemplo de Ipixuna.

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1534846

Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se das lentes do método Histórico-Crítico e Dialético para tecer as reflexões e análises. A dialética deve compreender a noção de movimento na história, uma ciência que possui leis gerais do movimento e do desenvolvimento da natureza, sociedade e pensamento humano (Spósito, 2004). A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, pois busca trazer um regate histórico da formação territorial da cidade de Ipixuna e dialogar sobre as estratégias de re-existências da população camponesa, referente à produção e renda familiar dos camponeses/camponesas ribeirinhos (as).

Quanto aos procedimentos de pesquisa, foram realizados levantamento bibliográfico e revisões teóricas conceituais em Oliveira (1996); Fraxe, Witkoski e Pereira (2007); Cruz (2007); Neves (2020); e Conceição (2017, 2020); Lima (2008); Trindade Júnior (2010); Oliveira (2004); entre outros que deram subsídio e consistência ao trabalho.

Em relação à pesquisa de campo, foram feitas entrevistas semiestruturadas com perguntas (abertas e fechadas) por meio da aplicação de formulários aos trabalhadores camponeses e com representantes de instituições municipais, tais como: A Feira Municipal de Ipixuna, Secretaria de Produção e Abastecimento. Utilizou-se ainda da técnica de observação direta da realidade e conversas informais, com o foco de analisar as territorialidades camponesas-ribeirinhas ipixunense, às margens do Rio Juruá, no município de Ipixuna-Am, sudoeste no estado do Amazonas.

A gênese da cidade de Ipixuna-AM no meio da floresta

O desbravamento, conquista, ocupação e formação de uma territorialidade camponesa-ribeirinha no rio Juruá, especificamente em Ipixuna-Am, começou a ocorrer durante a segunda metade do século XIX para o início do século XX, quando houve o primeiro surto da economia gomífera.

Souza (2005) explica que da segunda metade do século XIX até 1910 a 1913, quando houve o declínio do primeiro ciclo da extração do látex na Amazônia, uma grande massa de migrantes do nordeste já havia se estabelecido nos cursos do médio e auto rio Juruá, vieram em busca de obter renda, uma vida melhor, fugir da seca assombrosa do nordeste. Deste modo, milhares de nordestinos já estavam explorando a borracha em localidades específicas nas barrancas do rio Juruá. Assim foi que se começou a formar uma realidade ribeirinha camponesa no sudoeste do Amazonas, na fronteira com o Acre.

Souza (2005) assevera que destes modos de vida de extração da borracha, pesca para prover a proteína necessária e agricultura de várzea foi que surgiram os seringais e comunidades ribeirinhas acreanas, bem como as do sudoeste do estado do Amazonas, a exemplo das comunidades camponesas que deram origem a Ipixuna-Am, que antes do surto da economia da borracha era um território indígena. Vale ressaltar que em virtude do processo de ocupação nordestina ao longo do curso do rio Juruá houve conflito e morte de milhares de indígenas pela disputa de território (Souza, 2005; Ferrante, 2007).

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1534846

A origem da cidade de Ipixuna-AM, no meandrante Juruá, remete ao período áureo da borracha, onde em, praticamente, cada curva do rio existia uma colocação de seringa, uma comunidade ribeirinha, uma vila de pescadores e agricultores que trabalhavam para os seringalistas. De acordo com Moraes (2001, p. 77), na planície amazônica os nordestinos seringueiros tiveram que aprender a ser ribeirinhos, sob uma condição de penúria, “Cortando seringais, ganhavam pouco, o suficiente, para não morrer de fome”. Nesta temporalidade, concernente ao primeiro período da borracha, e espacialidade das margens do rio Juruá foi que se deu o início da formação de Ipixuna, com suas demais comunidades, onde o seringalista dono das terras eram os senhores detentores de tudo.

De fato, a cidade surge em 1956 com o declínio do segundo ciclo econômico da borracha como uma medida de amparar a massa de seringueiros que estavam desassistidos nos rincões e beiradões do Juruá. Na Figura 01 a seguir é exposto uma foto aérea da cidade em 1982, onde se pode perceber a pequena cidade com pouca quantidade de residências.

Figura 01 – Ipixuna-Am em 1982.



Fonte: (Arquivo pessoal).

E em 2023, pode-se ver a partir da Figura 02 o crescimento do espaço urbano da cidade, evidenciando uma expansão para as áreas Norte, Nordeste, Leste e Oeste da cidade.



Fonte: (Arquivo pessoal).

No tocante, a formação de territorialidades camponesas-ribeirinhas deu-se a partir da fixação de nordestinos que vieram sob o sistema de aviação para trabalhar na extração do látex, (Souza, 2005; Ferrante, 2007). Mas, além deste trabalho extrativista, os seringueiros tinham que pescar e plantar para prover a sua subsistência e, neste aspecto, Nascimento (2016) salienta que o modo de vida ribeirinho foi apreendido sob influência dos indígenas, pela observação, quando do contato e conquista dos rios amazônicos, durante as expedições de desbravamento. De acordo com Cruz (2007), foi a partir da ocupação dos grandes rios que as territorialidades do campesinato foram se consolidando na Amazônia, inclusive em Ipixuna.

Nas cidades da Amazônia a cidade, o urbano e o rio estão conectados. Pode-se afirmar com certa segurança que o “[...] padrão espacial das cidades amazônicas especialmente as da Amazônia Ocidental, é dentrítico, onde os rios representam a possibilidade do ir e vir, dando conexão entre essas cidades e o mundo” (Lima, 2008, p. 108). Essa realidade é bem mais nítida nas cidades da floresta, nomenclatura utilizada por (Trindade Junior, 2010; Oliveira, 2004) ao discutirem sobre a cidade, as pequenas cidades cuja dependência com a circulação fluvial conferem as populações ligações com a dinâmica da natureza, coma subsistência a partir da agricultura de várzea, a pesca e o extrativismo que abastece o comercio local.

Oliveira (2004) explica que as características das pequenas cidades são: baixa articulação om as cidades do entorno; atividades econômicas quase nulas com predomínio de trabalho ligado aos serviços públicos; baixa capacidade de oferecimento de serviços, mesmos os básicos ligados à saúde, à educação e à segurança; predomínio de atividades caracterizadas como rural.

Diante desse esclarecimento, pode-se dizer que mesmo com os avanços e progressos atingidos nestes últimos anos, a cidade de Ipixuna ainda é uma cidade da floresta, longe do padrão de uma média cidade, tanto pelo aspectos econômicos e logísticos, quanto pelos aspectos demográficos, que perante o último censo realizado em 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), contabilizou 24.311

ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1534846

habitantes com uma densidade demográfica de 2,01 hab/km². Além disso, é um município essencialmente camponês-ribeirinho com noventa comunidades, dependente do regime hidrológico do rio para as atividades socioeconômicas.

O camponês ribeirinho e o seu modo de vida nas cidades da floresta

No que tange a conceituação sobre camponês ou campesinato é importante fazer um adendo, deste modo, Marques (2008) explica que esta é uma classe social e não apenas um setor da economia, pois possuem uma forma de organização da produção e um modo de vida próprio, articulado ao espaço geográfico, a natureza, com a sua produção no campo. Segundo Chayanov (1974) o modo de produção camponesa se destina a suprir as necessidades de subsistência, assim, há uma relação Trabalho X Consumo (Braços e Bocas), deste modo, o trabalho camponês é feito em unidade familiar em pequenas propriedades particulares de modo a haver cooperação entre as famílias.

Para Shanin (1980), o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos – ou seja, o que também podemos denominar de modo de vida. Para ele, o campesinato é uma classe social de baixa “classicidade” que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise. Por tanto, a condição do campesinato pode ser agravada na análise do modo de vida do camponês, uma vez que esse apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e de estranhamento em relação à sociedade capitalista, sobretudo, por sofrerem as aflições da espoliação do capital.

E ainda, para caracterizar o trabalho camponês, Oliveira (1996) enumera alguns elementos que formam a produção camponesa: força de trabalho familiar, parceria com outros camponeses, o trabalho acessório, trabalhadores temporários, socialização do camponês, propriedade da terra, propriedade dos meios de produção e, ainda, a flexibilidade da jornada de trabalho.

Deste modo, as origens e modos de vida das comunidades camponesa-ribeirinhas em Ipixuna se inserem ao contexto do campesinato e remetem ao período dos seringais, pretéritos ao início da formação territorial de Ipixuna, que teve origem em 18 de fevereiro de 1956, por um decreto do governado do Estado da Época, Plínio Coelho. Conforme Varcy Herculano Barroso (1988), fundador e primeiro prefeito de Ipixuna, a formação da mesma cidade ocorreu por uma necessidade de proporcionar dignidade, saúde, educação, segurança aos ribeirinhos esquecidos nos inúmeros seringais após o fim da economia da borracha.

Durante a riqueza deste período os nordestinos seringueiros e camponeses-ribeirinhos trabalhavam num regime análogo a escravidão, sofrendo a angustia do endividamento e da exploração e da espoliação do capital. Esta realidade é ratificada também por Oliveira (1987), quando diz que a realidade camponesa das comunidades tradicionais da Amazônia foi marcada por saqueamento, exploração, conflitos, expropriação e morte, tudo para manter a lógica perversa do capital, a favor dos ricos empresários.

Contudo, mesmo após a formação da cidade de Ipixuna a população nos seringais permanece e sofrem outros tipos de exploração e espoliação. Na atualidade estes

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1534846

seringais de outrora, hoje são conhecidos como comunidades ribeirinhas, a exemplo de algumas comunidades ribeirinhas importantes como o Riozinho da Liberdade e suas comunidades Santa Catarina, Forte da Graça e São Vicente.

Na atualidade, a territorialidade dos ribeirinhos destas comunidades é pautada no campesinato, nas atividades do extrativismo pesqueiro e da agricultura de várzea, cuja principal produção é a da farinha de mandioca que é exportada para as cidades de Cruzeiro do sul e Manaus, como forme de obtenção de renda. Nesta perspectiva, conforme explicam CRUZ (2007) e Neves (2020), o campesinato-ribeirinho é uma forma de existência em meio as encostas dos rios, em que pelo estabelecimento da relação homem-natureza, a partir do processo de cultivo dos solos e das plantas e do extrativismo pesqueiro, os camponeses-ribeirinhos buscam estabelecer o seu modo de vida, o seu habito alimentar, a sua forma de obtenção de renda em meio a territorialidade.

Fraxe (2000) salienta que os ribeirinhos são homens anfíbios, pois vivem no ambiente terrestre e aquático e, conforme a sazonalidade das cheias e vazantes dos rios, vivem os ciclos da pesca e do plantio e conquistam sua subsistência e renda. E ainda, Fraxe, Witkoski e Pereira (2007) asseveram que a vida dos ribeirinhos está atrelada ao uso dos recursos naturais, seja para a construção de suas casas, canoas, remos, alimentação por meio do plantio e da pesca, enfim, existe toda uma relação de vida atrelada ao ecossistema de várzea. É sob esta realidade que vivem os ribeirinhos das comunidades ribeirinhas de Ipixuna-Am.

De acordo com Conceição (2017, 2023) e Cruz (2007) a territorialidade camponesa é uma relação de vida, pertencimento, relacionamento com um espaço delimitado, mediatizado pelas relações de trabalho e subsistência. Nesta territorialidade camponesa-ribeirinha de Ipixuna-Am a natureza comanda as formas de existência nos barrancos do Juruá, fornecendo o pescado, bem como a fertilização do solo a cada cheia para que os ribeirinhos tenham condições de viver e plantar.

Tocantins (1982) salienta que na Amazônia as relações socioeconômicas são mediatizadas pelas dinâmicas da natureza, na dinâmica dos rios, da fartura de peixes, na diversidade da vegetação; e pelo tempo, que determina o andamento da vida. Deste modo, é conforme esta realidade e condições que vivem os camponeses-ribeirinhos das comunidades ribeirinhas das cidades da floresta, vivem da pesca e da agricultura de várzea, atividades agroextrativistas espoliadas pela lógica do capital.

O camponês-ribeirinhos, a cidade, o comércio e a espoliação do capital

De acordo com Lima (2008) compreender as cidades amazônicas iguala-se ao processo complexo de entender a produção do espaço urbano, com todas as suas dimensões, ressoando na complexidade da cidade contemporânea. É complexo pois muitas coisas permeiam a lógica do espaço urbano nas cidades da floresta, tais como: o modo de produção camponês-ribeirinho; a relação de dependência entre campo-cidade ou rural-urbano; a dependência mutua dos ribeirinhos com o comércio da cidade e o abastecimento municipal dependente de grande parte da produção ribeirinha; como a farinha, melancia, banana, mamão, verduras, legumes, o pescado entre outras coisas. A lógica dos tempos diferenciados, os tempos lentos do modo de vida mediatizado pelo rio

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1534846

em paradoxo com os tempos rápidos da globalização; e ainda a relação de espoliação que sofrem os camponeses nas negociações com comerciantes.

A cidade é um emaranhado complexo de relações de produção que envolvem vários agentes, tais como: o Estado, os proprietários dos meios de produção, os proprietários latifundiários, os promotores imobiliários, os grupos sociais excluídos Corrêa (1995). Numa cidade ribeirinha os agentes podem ser vários, mas alguns agentes ou classes se destacam o camponês-ribeirinho e os comerciantes e a relação de espoliação do capital quando ocorrem negociações da produção. Pode-se dizer que nesse jogo de relações o camponês-ribeirinho abastece a cidade com o fruto da sua produção, com o excedente para que ele consiga obter renda, porém, muitas das vezes é espoliado pelo comerciante que, buscando sua margem de lucro, quer comprar barato, desvalorizando o trabalho do camponês e revendendo caro para a população.

Cruz (2007) e Fraxe (2000) asseveram que essas relações espoliadoras envolvendo o camponês-ribeirinho e o comerciante já são visíveis a muito tempo, desde tempos da borracha e hoje se perpetuam na produção camponesa, tendo o seu trabalho desvalorizado nessa lógica da espoliação do capital. Essa realidade muitas das vezes ocorre porque os camponeses-ribeirinhos não dispõem de recursos suficientes pra escoar a produção, pois é preciso de muito combustível pra fazer este transporte e ao arcar com tudo isso torna-se muito dispendioso e inviável.

Em diálogo com ribeirinhos sobre tais questões eles explicam que muitas vezes não obtém o lucro que gostariam trazendo sua produção pra Feira Municipal de Ipixuna, pois ao vender o produto aos comerciantes, estes tentam comprar barato e vendem caro. Por exemplo, enquanto o camponês ribeirinho vende uma saca de farinha de mandioca por R\$ 200,00, os comerciantes lucram quase R\$ 1.000,00 vendendo a granel, um quilo de farinha por 10 reais.

Então, se uma saca de farinha de um camponês-ribeirinho de uma comunidade como o Riozinho da Liberdade pesar 80kg e eles vendem ao comerciante por 200,00R\$, estes ao revenderem um quilo a R\$ 10,00 fazem em média R\$ 800,00 em uma saca de farinha. Assim, percebe-se uma forma de espoliação e esbulho da lógica do capitalismo sofrida pelo camponês que muitas vezes não consegue obter saldos satisfatórios. A Figura 03 mostra a produção de farinha de mandioca e melancia dos camponeses-ribeirinhos da comunidade Santa Catarina, no aflgente do Juruá Riozinho da Liberdade, armazenada na Feira municipal onde os comerciantes revendem.



ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1534846

Figura 03 – Produção de farinha de mandioca e melancia na Feira Municipal.



Fonte: (ANDRADE, 2024).

Essa relação de espoliação expressa-se em praticamente todos os produtos dos camponeses da cidade de Ipixuna, seja a melancia, o milho, feijão, o arroz, as verduras, o pescado. Fraxe (2000) e Cruz (2007) elucidam que essa relação de espoliação que envolve a produção camponesa e o relacionamento com os comerciantes é cruel e força os mesmos a uma forma de resistência em sua terra/território/natureza, pois precisam trabalhar mais ainda pra poder comprar produtos como estivas, eletrodomésticos, roupas, entre outras coisas. Na verdade, conforme os autores, a produção camponesa já é determinada pelo comercio local e devido a essa rede de comércio, através da relação camponês-comerciantes eles já sabem o que produzir. Na Figura 04 é exposto o pescado vendido na Feira Municipal de Ipixuna e que é fruto do trabalho do extrativismo animal desta classe camponesa-ribeirinha.

Figura 04 – Peixe comercializado na Feira Municipal de Ipixuna.



Fonte: (ANDRADE, 2024).

O comércio local, pautado nas redes dendríticas do Juruá é importante para os municípios, para a economia local, para a produção e abastecimento aquecendo o setor econômico, porém, não é tão satisfatória para os ribeirinhos, pois os mesmos sofrem com a espoliação nas negociações com atravessadores vendendo o fruto do seu trabalho às vezes muito barato, desta forma vivem quase que uma forma de vida análoga à escravidão. Deveria haver mais apoio e investimento da Secretaria de Produção e abastecimento para que os camponeses-ribeirinhos pudessem escoar a sua produção para a cidade, ter um local próprio de revenda em vários pontos da cidade e quem sabe uma associação de agricultores ou uma cooperativa para que fosse facilitada a vida destes camponeses-ribeirinhos que trabalham arduamente para a subsistência de suas famílias e também buscando um excedente para comercializar e obter formas de renda.

Entretanto, o fato é que há uma forma de espoliação nessa relação campo-cidade ou espaço urbano-espaço-rural evidenciada na lógica comercial das negociações comerciais do camponês-ribeirinho com os atravessadores e/ou comerciantes. Deste modo, fica um alerta para o poder público municipal pensar em políticas públicas que sejam favoráveis ao escoamento da produção camponesa ribeirinha, promovendo assim um maior incentivo a esta classe social.

Considerações finais

Nos tempos de seringais que deram origem a cidade de Ipixuna-Am, os seringueiros nordestinos sofreram cruelmente com a espoliação do seu trabalho, nos seus pagamentos com o seringalista que lhes roubavam e escoava a produção toda para Manaus-Am, e dos portos da capital seguia pelo Oceano Atlântico para o exterior. Na

ISBN: 978-65-272-2671-0

DOI: 10.29327/9786527226710.1534846

selva amazônica, em um dos recantos do Juruá, surgiu uma das cidades da selva, Ipixuna, que está localizada à margem direita do rio Juruá. Formou-se com a derrocada desse período, quando milhares de nordestino estavam desassistidos do poder público, necessitando de auxílio na saúde, educação, economia. Fato que tornou estes seringueiros ribeirinhos, sobreviventes do fruto da terra e do seu trabalho.

Na atualidade, os seringais do passado desta monstruosidade amazônica do meandrante Juruá que recorta as florestas, deram origem as comunidades ribeirinhas, onde muitos camponeses-ribeirinhos sobrevivem das atividades haliêuticas, da agricultura de várzea, produzindo a farinha de mandioca, arroz, feijão, milho, entre muitos outros produtos, além das atividades extrativistas, onde estas atividades são para o sustento e comercialização. Contudo, o que se percebe é que, assim como no passado, que havia uma espoliação cruel, nos dias de hoje existe uma espoliação cruel, porém velada, escamoteada que já foi impregnada no modo de vida do camponês-ribeirinho e que já trabalha e vive com naturalidade esta realidade. Mas ao levar em consideração o trabalho desta classe, percebe-se que muitos produtos que consumisse na cidade provem do trabalho destes.

O que se busca e espera é que haja mais apoio e suporte para que estes camponeses-ribeirinhos de Ipixuna, tenham melhores condições de escoar a sua produção e vende-la de forma mais justa e, assim, obter, melhor renda para prover as necessidades de suas famílias. Desta forma, considera-se de grande importância os trabalhos realizados em suas terras/territórios/natureza, a sua cultura e os seus modos de vida, bem como as formas de luta e resistência ao suportarem as hostilidades e adversidades da vida destas realidades de labuta e esbulho em seus rincões desta Amazônia Ipixunense.

Referências

BARROSO, Varcy Herculano. **Sentimento Poético**. Manaus-Amazonas, 1988.

CHAYANOV, Alexander Von. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CONCEIÇÃO, F. S. **A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro: lutas e (re)existências dos camponeses/camponesas das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança no município de Belterra/Pará**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - PPGG/Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho-RO, 2017. 225 f.

CONCEIÇÃO, F.S.; RIBEIRO, A.F.A.; SILVA, R.G.C. **(Des)encontros entre a estrada e o rio: o caso da Gleba da Bota no oeste da Amazônia paraense**. Revista GeoNordeste. São Cristóvão, ano 30, n. 1, p. 06-25, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/7518>. Acesso em 15 de junho 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.



ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1534846

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 2007. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

FERRANTE, Miguel Jeronymo. **Seringal**. – 3 ed. – São Paulo: Globo, 2007.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. **Homens Anfíbios: uma etnografia de um campesinato das águas**. São Paulo: Annablume, 2000.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antonio Carlos; PEREIRA, Henrique dos Santos (Org.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. – Manaus: EDUA, 2007.

LIMA, Marcos Castro de. A CIDADE, O URBANO E O RIO AMAZONAS. **Revista ACTA Geográfica**, ANO II, nº3, jan./jun. de 2008. P. 107-117.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**. São Paulo, v. 11, n. 12, p. 57-67, 2008.

MORAES, Raymundo. **Na planície Amazônica**. 8ª ed. Manaus: Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto, 2001.

NASCIMENTO, Dilson Gomes. **Entre a terra e água: modo de vida camponês no médio rio Amazonas**, Parintins-AM. 2016. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus 2016.

NEVES, Jonathas Laborda. **A Produção Da Natureza Sob A Perspectiva Do Modo De Vida Camponês Na Vila Do Jacaré – Manacapuru – Amazonas – Brasil**. 2020. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas – São Paulo: Papyrus, 1987.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **A cultura das (das) pequenas cidades da Amazônia Brasileira**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra 16, 17 e 18 de Setembro de 2014.

SHANIN, Theodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. Estudos CEBRAP, nº. 26, editora Vozes, 1980.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **História do Acre: novos temas, novas abordagens**. Rio Branco, Editor Carlos Alberto Alves de Souza, 2005.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Unesp, 2004.

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia: natureza, homem e tempo: uma planificação ecológica**. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.



ISBN: 978-65-272-2671-0 DOI: 10.29327/9786527226710.1534846

TRINDADE JÚNIOR, Saint Clair Cordeiro da. **Cidade na Floresta:** os “grandes objetos” como expressão do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. Revista ieb, nº50, 2010 set./mar. p. 113-138.

Agradecimentos

Agradecemos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e ao Laboratório de Geografia Humana (LAGEHU).